



**PROPOSTAS DA ARTICULAÇÃO DE AGROECOLOGIA DO RIO DE JANEIRO PARA OS/AS
CANDIDATOS/AS AO GOVERNO DO ESTADO E AOS CARGOS DE DEPUTADAS/OS ESTADUAIS E
FEDERAIS NAS ELEIÇÕES 2018**

O estado do Rio de Janeiro conta com uma agricultura familiar expressiva e numerosa, embora esta realidade seja invisibilizada pela mídia corporativa e nos debates públicos sobre os caminhos para o desenvolvimento de nosso estado. Agricultoras e agricultores nas áreas urbanas são ainda mais invisibilizados por um projeto de cidade que não compreende as ruralidades. Esta agricultura ocupa áreas pequenas e produz grande diversidade de alimentos, flores, plantas medicinais e artesanatos, e carrega uma grande riqueza de culturas e identidades: quilombolas, caiçaras, pescadoras/es artesanais, assentados/as da reforma agrária, indígenas, agricultoras/es urbanos, camponesas/es.

Este contingente da população fluminense tem grande potencial para contribuir de forma muito mais significativa do que hoje para o enfrentamento da pobreza, a geração de trabalho e renda, a conservação ambiental e a promoção da segurança alimentar e nutricional do conjunto da população de nosso estado, caso haja apoio efetivo de políticas públicas.

O Rio de Janeiro importa a maior parte dos alimentos que consome, fruto da ausência de políticas de apoio à agricultura no estado, o que fez com que a área plantada com lavouras diminuísse de 392.543 hectares (ha) em 1990 para 123.982 ha em 2016. Em alguns casos a produção de alimentos praticamente desapareceu, como é o caso do arroz, cuja área plantada caiu de 23.390 ha em 1990 para 251 ha em 2016. Também no caso do feijão a redução foi drástica, caindo de 15.601 ha em 1990 para 1.720 ha em 2016.

Este quadro coloca a população em risco de insegurança alimentar, já que o custo dos combustíveis fósseis só tende a subir no futuro, aumentando o custo do frete. Além disso, as estatísticas são alarmantes e os efeitos na população da má alimentação são visíveis. Há consumo excessivo de refrigerantes, açúcares e gorduras, incluindo óleo de soja transgênica, e de ultraprocessados com grande quantidade de aditivos químicos, ao mesmo tempo em que é reduzido o consumo de frutas, legumes e verduras. É possível mudar esta situação, e para tal o Estado tem papel fundamental.

A Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro (AARJ) existe desde 2006 e reúne milhares de agricultores e agricultoras portadores de experiências em agroecologia no campo e na cidade. A AARJ é composta por coletivos e organizações de base, sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, organizações da sociedade civil, professores, pesquisadores, estudantes e consumidores. Conta com

a parceria de gestores públicos atuantes nos diversos níveis de governo e em muitas instituições. O IV Encontro Estadual de Agroecologia, realizado em Paraty em outubro de 2017, reuniu 400 pessoas e evidenciou o fortalecimento da agroecologia no Rio de Janeiro, a multiplicação das feiras da roça, da agricultura familiar, agroecológicas e orgânicas, e de grupos de consumo, em todas as regiões do estado. Nosso encontro deixou evidente também o aumento e diversificação da demanda e da oferta de alimentos de qualidade produzidos sem agrotóxicos e sem transgênicos, bem como o crescimento de iniciativas voltadas à promoção da alimentação saudável, com conservação das áreas verdes, da fauna e proteção das fontes de água.

Apesar destes avanços, o apoio das instituições e das políticas públicas é muito incipiente. Por vezes, a falta de compromisso dos gestores públicos com a agricultura, a segurança alimentar e o bem estar da população chega a absurdos inaceitáveis, como é o caso das tentativas de privatização da CEDAE e do recente veto do prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (PRB), à Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional, aprovada na câmara de vereadores com apenas 2 votos contrários.

Com grande esperança que a população do Rio de Janeiro eleja candidatas/os comprometidos com o fortalecimento do Estado social, e não com interesses corporativos, e por termos a certeza da importância da agricultura familiar, da pesca artesanal e da agricultura urbana para o desenvolvimento de nosso estado e da urgência de ampliar e democratizar este debate na sociedade para que possamos enfrentar os graves desafios de nosso tempo, apresentamos a nossa agenda política às candidatas e aos candidatos ao governo do estado do Rio de Janeiro e aos cargos de deputadas/as estaduais e federais.

- Contra a privatização e em defesa da CEDAE pública.
- Aprovação e efetivação da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica e a criação de uma Comissão Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica ligada ao gabinete da/o governador/a. Defendemos que a política estadual é necessariamente intersetorial, não se trata somente de política agrícola.
- Garantia de participação efetiva das mulheres agricultoras na construção e execução de políticas públicas que garantam sua permanência nos territórios e preservação dos saberes tradicionais.
- Criação de um Programa Estadual de Redução do Uso de Agrotóxicos, com foco especial nas regiões serrana e noroeste. É possível criar um programa que coloque o Estado a serviço dos agricultores e agricultoras que produzem alimentos, mas que hoje, em função da ausência de políticas públicas, ficam reféns de vendedores de agrotóxicos.
- Criação de um Polo de Produção Orgânica de Hortaliças na região serrana.

- Criação de um Programa Estadual de Combate ao Trabalho Análogo à Escravidão, com prioridade para a região norte fluminense.
- Efetivação da política estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com princípios agroecológicos e metodologias participativas, envolvendo órgãos governamentais e entidades da sociedade civil. A EMATER, o ITERJ e a FIPERJ devem ser fortalecidos com novos concursos públicos e programas de incentivo aos profissionais dos escritórios locais. O governo estadual deve editar chamadas públicas e contratar organizações da sociedade civil para prestar assessoria técnica a pelo menos 5.000 famílias por ano.
- Reabertura das Escolas do Campo fechadas nos últimos 15 anos (entre 2007 e 2013 foram fechadas 147 escolas no campo) e reestruturação das escolas existentes que se encontram em condições precárias, e efetivação de projetos político-pedagógicos contextualizados na realidade da agricultura familiar e com base nos princípios da agroecologia.
- Criação de um fórum estadual de diálogos entre governo e sociedade civil sobre Educação do Campo.
- Efetivação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas escolas da rede estadual, com o compromisso de aquisição de no mínimo 50% de alimentos diretamente da agricultura familiar do Rio de Janeiro, com prioridade para a compra de alimentos agroecológicos com acréscimo de 30% nos preços.
- Publicação de editais da FAPERJ de apoio à pesquisa em agricultura familiar, pesca artesanal e agroecologia no Rio de Janeiro, com destinação de R\$ 8 milhões por ano.
- Criação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) estadual, com destinação de R\$ 20 milhões por ano. Este programa deve destinar os alimentos adquiridos pelo Estado a populações vulneráveis ao risco de fome e de insegurança alimentar e nutricional.
- Criação de um prêmio destinado às prefeituras municipais e às organizações da sociedade civil para dar visibilidade às melhores experiências de apoio à agricultura familiar, agricultura urbana, agroecologia, agroindústria artesanal, economia solidária e gestão de resíduos desenvolvidas nos municípios fluminenses.
- Reestruturação e fortalecimento dos órgãos e equipamentos públicos estaduais (Iterj, Pesagro, Emater, Fiperj, Ceasas, Restaurantes Populares) para o estabelecimento de um Sistema Público de apoio à agricultura familiar, aos assentamentos de reforma agrária, às comunidades tradicionais, à pesca artesanal e promoção da segurança alimentar e nutricional. Este sistema deve contar também com instituições públicas federais presentes em território fluminense e incluir, entre outros componentes, a criação de novos assentamentos de reforma agrária pelo ITERJ, além da revitalização daqueles criados em décadas anteriores e hoje praticamente abandonados, o apoio aos bancos de sementes nas

instituições públicas, a destinação de espaços públicos nas centrais de abastecimento para as organizações da agricultura familiar, a criação de pontos de apoio em agroecologia e alternativas aos agrotóxicos nas CEASAs e em outros equipamentos públicos, a ampliação dos restaurantes populares e a compra de alimentos diretamente da agricultura familiar para o seu abastecimento, a estruturação de bancos de alimentos e o incentivo à regularização sanitária dos empreendimentos da agricultura familiar. Criação de um fundo público de apoio a projetos de transição agroecológica para agricultura familiar.

- Criação de uma Campanha de Valorização da Produção Agroecológica da Agricultura Fluminense e das Feiras Locais.
- Criação de uma política de redução de tarifas de energia elétrica para agroindústrias artesanais e comunitárias e entrepostos de comercialização de pescado, bem como a criação de outros instrumentos de fomento.
- Desconto nas taxas de abastecimento de água para iniciativas de agricultura urbana e periurbana.
- Criação de um Programa Estadual de Pontos de Cultura em Agroecologia e Economia Solidária, com prioridade para projetos que envolvam escolas públicas estaduais e municipais e suas cozinhas e atuem no resgate das manifestações culturais e artísticas do território fluminense e das sementes e culturas alimentares tradicionais. Este programa deve destinar R\$ 20 milhões por ano para apoio a projetos de organizações da sociedade civil.

Rio de Janeiro, julho de 2018

Eu, _____, portador do CPF _____, candidata/o a _____ pelo partido _____, recebi este documento em _____ e assumo o compromisso de, caso eleita/o, trabalhar para efetivar as propostas nele contidas, bem como me comprometo a receber em audiência pública representantes da Articulação de Agroecologia do Rio de Janeiro para tratar desta agenda.

Município:

Data:

Assinatura da/o candidata/o: